

SERVIDORES REUNIDOS EM BRASÍLIA ORGANIZAM CAMPANHA



REUNIÃO PLENÁRIA DA CNTSS NO DIA 20 DE SETEMBRO

Em sessão plenária do setor dos federais da CNTSS realizada no último dia 20 de setembro os representantes dos estados de PE, SE, AL, RJ, GO, PB, MA, SP, RN, ES, CE, MS, ALÉM DO DF, reafirmaram que foi correta a CNTSS não ter assinado o Termo de Acordo com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento do PST – Previdência, Saúde e Trabalho. Embora tenham considerado alguns avanços na proposta para o Nível Superior do PST os representantes dos estados entenderam que os avanços salariais para os Níveis Intermediário e Auxiliar não foram satisfatórios. Os representantes dos estados ainda reafirmaram que a proposta do governo discrimina Aposentados e Pensionistas uma vez que ela tem reflexos na Gratificação de Desempenho.

A coordenação do encontro discutiu ainda o relatório final do GT - Seguro Social. Em caráter de urgência o setorial do encontro deliberou:

- Pedir aos servidores que enviem um texto, produzido pela coordenação da plenária, aos e-mails do Ministro da Previdência, Garibaldi Alves (gm.mps@previdencia.gov.br); ao presidente do INSS, Mauro Luciano Hauschild (presidente.inss@previdencia.gov.br); ao diretor de Recursos Humanos do INSS, José Nunes Filho (drh@previdencia.gov.br) e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas (carlos.gabas@previdencia.gov.br);
- No texto do e-mail o servidor deve dizer que quer a implantação da jornada de 30 horas porque não suporta mais trabalhar doente, não suporta mais tanta pressão para produzir mais, além de dizer que o relatório final do GT do Seguro Social, instalado pela portaria 238, de abril de 2011 apresenta justificativas concretas, sob todos os aspectos, para a adoção da jornada de 30 horas. O texto pode ser encontrado no site da CNTSS, www.cntsscut.org.br. O sindicato pede ao servidor que pressione o Ministro da Previdência e o Presidente do INSS já que eles prometeram que até o dia 30 de setembro responderiam aos servidores quanto a implantação da jornada de 30 horas.

A plenária do setor dos federais decidiu que a assessoria de comunicação da CNTSS elabore um jornal, que será de âmbito nacional e disponibilizado aos sindicatos. Ficou definido ainda a necessidade de se marcar uma plenária específica do Seguro Social para avaliar, debater e deliberar sobre a posição do INSS em relação ao relatório do GT.

A reunião plenária deliberou ainda que é essencial e necessária a participação de todos os sindicatos, orientando os servidores sobre a participação nas eleições do Comitê Gestor Regional de Avaliação de Desempenho - CGRAD, Sub Comitê de Avaliação de Desempenho - SAD, e a Comissão de Avaliação de Recursos - CAR. Por fim a plenária aprovou a realização de um grande ato na semana do servidor em Brasília de 24 a 28 de outubro.

SAÚDE DIZ NÃO A PROPOSTA DO GOVERNO

Em outra frente de batalha o Sinfesp decidiu não assinar a proposta apresentada pelo governo para as tabelas salariais das Carreiras do PST - Previdência, Saúde e Trabalho e do PGPE - Plano Geral do Poder Executivo. O termo de acordo do sindicato propõe continuar a discussão da reestruturação das carreiras, prevista na Lei 12.277 e o nivelamento das estruturas remuneratórias por meio da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Ministério da Saúde.

A proposta do governo é que esses níveis tenham acréscimos de R\$ 211 e R\$ 105, respectivamente, na gratificação de desempenho. Por isso, a CNTSS e os sindicatos de sua base sindical disseram não à proposta.

Por fim a plenária deliberou agendar uma audiência com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha para que ele encaminhe a proposta acordada na mesa setorial da saúde ao Ministério do Planejamento.

PL - PROJETO DE LEI 2203 É MALÉFICO PARA SAÚDE

Na reunião plenária dos federais dia 20 os estados também debateram o Projeto de Lei 2203 que trata da recomposição das Tabelas salariais da Carreira do PST, que prevê recursos orçamentários para o ano de 2012. Nessa plenária eles lembraram mais uma vez que os trabalhadores que compõe essa Carreira vem sendo sistematicamente penalizados. Isso vem ocorrendo desde 2001 quando foi instituída as gratificações de desempenho. Essas penalizações acontecem no pagamento administrativo dos 47,11%, na composição das Tabelas Salariais de 2008 e na forma de implementar a regulamentação da Gratificação de Desempenho-GDPST. Além de terem sido penalizados nas negociações de 2009 e 2010, o tratamento dispensado quanto Política de Saúde dos trabalhadores cedidos aos estados e municípios e agora, mais uma vez, em 2011, com a edição do PL - 2203.

Contudo, a ordem é superar todas as dificuldades e elaborar uma campanha alegre que venha manifestar a insatisfação mediante todo tratamento discriminatório e excludente aos trabalhadores que prestam serviços relevantes no atendimento à população a uma das Políticas Publica mais importantes – o SUS - em todo país, bem como nos balcões do Ministério do Trabalho e Emprego e Juntas de Recursos da Previdência Social.

A CAMPANHA APROVADA É:

- Produção de um texto para abaixo assinado nacional (segue abaixo o texto);
- Elaboração de um memorial a ser entregue ao Ministro Gilberto de Carvalho e a Ministra Ideli Salvatti, bem como aos Deputados no Congresso Nacional;
- Seminário Nacional sobre o PL 2203 com o objetivo de propor alterações;
- Audiência Publica no Congresso Nacional com o relator do PL 2203.

TEXTO DO ABAIXO ASSINADO NACIONAL EM DEFESA DA CARREIRA DO PST:

Nós, trabalhadores da Seguridade Social-Carreira do PST (Previdência, Saúde e Trabalho), abaixo assinados, manifestamos a nossa indignação frente ao tratamento a nós dispensado, desde 2008, quando tivemos a segunda pior Tabela Salarial do Poder Executivo proposto na Mesa Central do SRH/MPOG. Destacamos que desta data até agora, 2011, em que pese os esforços da categoria, através dos seus Sindicatos Estaduais e da CNTSS, as negociações avançaram pouco, muito pouco mesmo para mudar a realidade dessa importante força de trabalho. Temos muitas expectativas e esperança de sermos reconhecidos enquanto trabalhadores à frente de uma das mais importantes políticas prestada à sociedade brasileira.



SERVIDORES AGUARDAM RESPOSTA DO INSS E MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA

A vice-presidente da CNTSS e diretora de Assuntos Jurídicos do SINTFESP, Terezinha de Jesus Aguiar, juntamente com os demais componentes do Grupo de Trabalho do Seguro Social e representantes do Ministério da Previdência Social e INSS entregaram este mês ao Ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho e ao Presidente do INSS, Mauro Hauschild, o relatório final produzido pelo Grupo de Trabalho.

Durante a apresentação, o ministro Garibaldi e o presidente do INSS, ficaram atentos às reivindicações sobre a jornada de trabalho e as consequências da imposição das oito horas para os servidores e a instituição. Eles ainda ouviram as demandas sobre a estrutura da tabela, a incorporação da GDASS, em especial o alto índice destaca parcela variável na remuneração, prejudicando muito os servidores, no ato das aposentadorias, pois rebaixa em 50% os seus vencimentos.

O governo destacou que em 400 agências é impossível a redução da jornada devido a quantidade insuficiente de servidores. Contudo as entidades presentes no encontro com o ministro e presidente do INSS, deixaram claro que isso é um problema do governo que deve contratar mais servidores através de concurso público para suprir a necessidade da demanda de trabalho.

Outro assunto destacado na reunião foi as atribuições entre analistas de qualquer formação e os técnicos do seguro social que estão exercendo as mesmas atribuições, tendo contudo, remunerações diferentes em quase 30 por cento.

No fim do encontro o governo se comprometeu em apresentar uma resposta as reivindicações até o dia 30 de setembro, prazo em que irá analisar, em especial, a questão da jornada de trabalho. Daí servidor, a importância da assinatura eletrônica do manifesto com o envio de e-mails para o Ministro da Previdência, o Presidente do INSS, o Secretário Executivo e o Diretor de Recursos Humanos.